Terca-Feira, 10 de Novembro de 2026

Operação Solo Sagrado: PF prende investigados por garimpo ilegal em terra indígena de MT com movimentação de R$ 3,5 milhões

Polícia Federal desarticulou organização criminosa que extraía ouro ilegalmente de terra indígena em Mato Grosso.

A Polícia Federal colocou em prática, nesta terça-feira (18), a **Operação Solo Sagrado**, em parceria com a Receita Federal do Brasil e o Ministério Público Federal. A ação teve como objetivo neutralizar uma quadrilha dedicada à exploração irregular de ouro na Terra Indígena Sararé, localizada em Mato Grosso, bem como à posterior legalização fraudulenta do minério no mercado comercial.

A integração entre órgãos federais viabilizou o cruzamento de dados policiais, informações bancárias, registros fiscais, patrimônios relacionados e comunicações eletrônicas, expondo uma rede delitiva que funcionava desde o investimento inicial e assistência operacional das atividades de garimpo até a distribuição e negociação do ouro ilícito.

Durante a operação foram executados dez mandados de busca domiciliar com apreensão de materiais e um mandado de prisão para manter indivíduos detidos. Adicionalmente, a justiça autorizou a quebra de sigilo das contas bancárias e fiscais dos suspeitos, além do congelamento de patrimônios e quantias em dinheiro.

Aproximadamente R$ 3,5 milhões foram rastreados em transferências originadas de plataformas de pagamento e empresas de tecnologia financeira, que teriam sido utilizadas como instrumentos para mascarar a procedência e destinação dos fundos, segundo as conclusões investigativas.

A magnitude da operação criminosa veio à tona quando agentes efetuaram uma revista técnica na Terra Indígena Sararé e flagraram uma máquina escavadora em funcionamento contínuo realizando a extração clandestina de ouro. A máquina foi confiscada, neutralizada no próprio local e, posteriormente, uma penalidade administrativo-tributária de mais de R$ 3 milhões foi imposta aos proprietários.

Os trabalhos investigativos continuam progredindo, e todo material recolhido será examinado pelos técnicos da Polícia Federal e instituições colaboradoras, com potencial para desvendar outras pessoas envolvidas no esquema e a proposição de novas ações processuais judiciais.